

## RECLAMAÇÃO 68.986 SANTA CATARINA

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. NUNES MARQUES</b>
<b>RECLTE.(S)</b>	<b>: C.I.B.S.</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ALDE DA COSTA SANTOS JUNIOR</b>
<b>RECLDO.(A/S)</b>	<b>: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>BENEF.(A/S)</b>	<b>: J.I.S.</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CALDAS MARTINS XAVIER</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL KAUFMAN SCHAFFER</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: GEORGES ABBOUD</b>
<b>BENEF.(A/S)</b>	<b>: E.B.C.S.</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADRIANA ASTUTO PEREIRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LEONARDO LAMACHIA</b>
<b>BENEF.(A/S)</b>	<b>: I.N.C.R.A.I.</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>
<b>BENEF.(A/S)</b>	<b>: P.E.B.</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: U.</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: M.P.F.</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: L.J.B.</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PATRICIA FORTUNA BAEZ</b>

## DECISÃO

1. CA Investment (Brazil) S.A. alega haver o Tribunal Regional Federal da 4ª Região inobservado, no agravo interno da tutela antecipada antecedente nº 5019146-84.2023.4.04.0000, alusivo à ação popular nº 5007144-10.2023.4.04.7202, os entendimentos firmados nos julgamentos da ADPF 342 e da ACO 2.463.

## **RCL 68986 / SC**

A CA, controlada pela empresa estrangeira Paper Excellence, narra ter celebrado contrato de compra e venda de ações com J&F Investimentos S.A e terceiros para a aquisição integral das ações da Eldorado.

Ante obstáculos opostos, pela J&F, à execução do contrato, esclarece submetida a questão ao crivo de tribunal arbitral, que reconheceu a irregularidade da conduta da cedente (J&F), sendo condenada a transferir as ações restantes. Conforme elucida, formalizada ação anulatória pela J&F na Justiça do Estado de São Paulo, teve o pedido julgado improcedente, sendo suspenso o curso do processo pelo STJ.

Nesse contexto, enfatiza ajuizada a ação popular nº 5007144-10.2023.4.04.7202, por Luciano José Buligon, político catarinense, contra CA, Paper Excellence (controladora da CA), União, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, J&F e Eldorado. Assevera alegada, na causa de pedir, que a compra por si da Eldorado, com a consequente transferência das ações para pessoa jurídica brasileira controlada por empresa estrangeira, implicaria risco de lesão à soberania nacional, tendo em vista que a empresa adquirida seria supostamente proprietária de imóveis rurais em Santa Catarina.

Ressalta que a compra da Eldorado não se equipara à aquisição de imóveis rurais, porque a madeira utilizada como insumo para produção da celulose é minoritariamente localizada em imóveis próprios. Ademais, argui que o desenvolvimento das atividades de obtenção de insumo para fabricação de celulose prescinde da propriedade de imóveis, podendo ocorrer de diversas formas.

Em sede de tutela antecipada antecedente, esclarece deferido, pelo Tribunal reclamado, o pedido do autor popular voltado à suspensão do processo arbitral até o julgamento definitivo da ação coletiva, incluídos

## **RCL 68986 / SC**

dos atos voltados à transferência das ações da Eldorado.

Alega que a decisão impugnada inobservou o entendimento firmado por esta Corte na ADPF 342 e na ACO 2.463, nas quais debatida a recepção, ou não, pela Constituição Federal do §1º do art. 1º da Lei 5.709/1971, a disciplinar a aquisição de imóvel rural por pessoa jurídica brasileira da qual participem, a qualquer título, pessoas estrangeiras físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social e residam ou tenham sede no exterior. Segundo argumenta, o Supremo, em sede cautelar, assentou inadequada a suspensão nacional de negócios jurídicos potencialmente afetados pela discussão relacionada à aplicação do dispositivo legal mencionado.

Requer, em sede liminar, a suspensão do acórdão impugnado ou, ao menos, a suspensão dos atos do tribunal arbitral e determinações ao Banco Itaú. Pretende, ao fim, a cassação do ato questionado e seja permitida a consolidação do negócio jurídico com a transferência a si das ações e do controle da empresa Eldorado.

O processo foi inicialmente distribuído ao ministro Edson Fachin, em 13 de junho de 2024, sendo a mim redistribuído no dia 18 seguinte, considerada a declaração de suspeição de Sua Excelência.

No mesmo dia, a reclamante, por intermédio da petição/STF n. 74.874/2024, requereu a desistência da medida ante a ciência da liberação para julgamento da ADPF 342 e da ACO 2.463.

Em 20 de junho de 2024, deferi os pedidos de habilitação de Eldorado Brasil Celulose S.A. e J&F Investimentos S.A., abrindo-lhes vista ante o comparecimento espontâneo.

J&F Investimentos S.A manifestou-se pela impropriedade da

## **RCL 68986 / SC**

homologação do pedido de desistência, cabendo assentar a improcedência do pedido. Afirma que, ao distribuir, no mesmo dia e por meio dos mesmos advogados, duas reclamações, voltadas contra o mesmo ato impugnado, pretendeu buscar relatorias distintas, a configurar abuso no direito de socorrer-se ao Judiciário. Discorre sobre o contexto do conflito na origem e das apontadas manobras processuais adotadas pela reclamante. Pondera evidenciada deslealdade processual, a justificar a não homologação do pedido de desistência. Ressalta o interesse público envolvido, considerada a relevância da questão atinente à soberania nacional. Sustenta não violados os paradigmas. Além de não homologado o pleito de desistência, pede a manutenção da decisão reclamada, com ampliação da tutela provisória concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ante o interesse público envolvido, para “suspender a eficácia do contrato de compra e venda da Eldorado como um todo” e “da sentença parcial proferida no âmbito do procedimento arbitral”.

A reclamante, por meio da petição n. 79.537/2024, reiterou o requerimento de desistência.

Eldorado Brasil Celulose S.A., por sua vez, reforça o abuso no direito de desistir e alega ausente violação aos paradigmas mencionados. Adere à manifestação da J&F Investimentos S.A.

Em parecer ofertado na Rcl 68.988, ajuizada contra o mesmo ato reclamado objeto desta reclamação, o Ministério Público ofertou parecer pela não homologação do pedido de desistência e pelo não seguimento da reclamação. Transcrevo fragmento da ementa, no ponto que interessa ao presente caso:

Processo civil. Reclamação. Alegação de que TRF, ao conceder liminar em antecipação de tutela em apelação contra a

## RCL 68986 / SC

extinção de Ação Popular - que questiona aquisição de propriedade rural por estrangeiros -, teria inobservado o quanto decidido pelo e. STF na SE 5206, em que declarada incidentalmente a constitucionalidade da Lei de Arbitragem. Controvérsia alegada pela reclamante quanto a cessão de ações de empresa, proprietária dos imóveis rurais objeto da Ação Popular, havendo cláusula de submissão das controvérsias a Tribunal Arbitral.

### Do pedido de desistência da empresa reclamante:

1. Minutos após esta reclamatória ter sido redistribuída a outro Ministro, diante de declaração de suspeição do primeiro Ministro a que distribuída, a parte reclamante pediu pela desistência. Em outra reclamação, ajuizada no mesmo dia, ocorreu a mesma sequência de atos processuais. Ambas as reclamações parecem ser contra o mesmo ato, mas a paradigmas diversos. Comportamento processual que não recomenda, por cautela, seja o pedido de desistência homologado, sendo que se homologado, a prevenção do atual Ministro relator será desconstituída, na forma do § 2º do art. 69 do RI/STF.

2. Esse o quadro, o exame do pedido de desistência não depende da triangularização da relação jurídica, com a formal intimação dos beneficiários do ato reclamado para apresentarem contestação ou da notificação do Tribunal reclamado a informações.

3. Pela não homologação do pedido de desistência.

É o relatório. Decido.

2. Quanto à desistência pretendida, não ignoro que o art. 485, § 5º, do CPC, autoriza a desistência da ação até a prolação de sentença, sendo prevista, como única condicionante, a anuência do réu se já oferecida a

**RCL 68986 / SC**  
contestação (§ 4º).

Contudo, a aplicação do preceito pressupõe sempre atuação de boa-fé, sob pena de drible da função jurisdicional e violação ao princípio do juiz natural.

Como fez ver o Ministério Público Federal, a reclamante ajuizou duas reclamações contra o mesmo ato reclamado, por meio dos mesmos profissionais da advocacia, distinguindo-se apenas pela causa de pedir, ou seja, pelos paradigmas supostamente violados — ADPF 342 e ACO 2.463 nesta reclamação, e SE 5.206-7 na Rcl 68.988.

A par dos fatos narrados nas manifestações das partes interessadas, ocorridos na origem, na situação concreta não se verifica motivo para a cisão das causas de pedir, exceto como parte de uma estratégia que visava a distribuição dos feitos a relatores distintos, de modo a permitir escolha de relatoria que lhe parecesse mais conveniente.

Reforça essa constatação o fato de as sobreditas reclamações terem sido redistribuídas às 14h48 e às 15h10 do dia 18.6.2024, sobrevivendo, quase imediatamente e sem qualquer justificativa, os pedidos de desistência, às 15h54 e às 15h56 do mesmo dia. Nesse particular, cumpre anotar que o processo foi inicialmente distribuído ao ministro Edson Fachin em 13.06.2024, permanecendo com Sua Excelência até o dia 17 subsequente, sem qualquer insurgência da reclamante.

Destaco, nesse contexto, que “aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé” (art. 5º do CPC). Embora a desistência das ações seja faculdade outorgada aos litigantes, não pode servir de escudo para a prática de atos configuradores de má-fé processual.

## RCL 68986 / SC

Em face do exposto, indefiro o pedido da Petição eDoc 31 e não homologo o pedido de desistência.

Passo, desse modo, a apreciar o pedido de liminar.

Tem-se em foco, nesta reclamação, alegado desrespeito a acórdão do Plenário do Supremo Tribunal Federal que negou referendo a medida cautelar proferida pelo Min. André Mendonça no âmbito da ADPF 342. Em face da identidade de objetos, aquela ação direta tramita em conjunto com a ACO 2.463, aqui também apontada como paradigma de confronto.

O ministro André Mendonça determinou a suspensão de todos os processos judiciais, em trâmite no território nacional, que versem sobre a validade do § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 1971, até o julgamento final da ADPF 342 e da ACO 2.463. Contudo, o Tribunal Pleno negou referendo à liminar concedida pelo relator. Eis a ementa do julgado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS RURAIS POR EMPRESAS BRASILEIRAS COM A MAIOR PARTE DO CAPITAL SOCIAL PERTENCENTE A PESSOAS FÍSICAS ESTRANGEIRAS RESIDENTES NO EXTERIOR OU JURÍDICAS QUE TENHAM SEDE NO EXTERIOR. ART. 1º, § 1º, DA LEI 5.709/1971. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA PARA DETERMINAR A SUSPENSÃO DE TODOS OS PROCESSOS JUDICIAIS EM TRÂMITE NO TERRITÓRIO NACIONAL ATÉ O JULGAMENTO FINAL DA ADPF 342 E DA ACO 2463. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS. NÃO REFERENDO DA MEDIDA CAUTELAR INCIDENTAL.

1. A controvérsia constitucional refere-se à recepção, ou não, pela Constituição Federal de 1988 do § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971, que equiparou as empresas brasileiras controladas por estrangeiros às empresas alienígenas para fins de aquisição de terras, submetendo-as às disposições do referido diploma

## RCL 68986 / SC

legal.

2. Medida cautelar deferida para suspender todos os processos judiciais em trâmite no território nacional que versem sobre a validade do §1º do art. 1º da Lei 5.709/1971, até o julgamento final da ADPF 342 e da ACO 2463, em razão de cenário de insegurança decorrente de posicionamentos opostos no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL acerca da matéria.

3. Limitação de qualquer discussão existente quanto à submissão das empresas brasileiras controladas por estrangeiros ao regramento do § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971, enquanto pendente pronunciamento deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

4. Ausência de demonstração de que exista uma correlação entre a suspensão dos processos judiciais pendentes e atendimento positivo a um cenário de insegurança jurídica.

5. Desproporção entre a suspensão de todos os processos judiciais que versem sobre a recepção do dispositivo impugnado e a finalidade pretendida em se resguardar a segurança jurídica.

6. Não referendo da medida cautelar incidental.

Segundo o reclamante, este Tribunal assentou a “impossibilidade de determinar a suspensão nacional dos negócios jurídicos potencialmente afetados pela discussão relacionada à aplicação do dispositivo legal mencionado”. Sustenta que a decisão reclamada, ao determinar a suspensão de todo e qualquer ato ou expediente de transferência das ações discutidas no processo de origem, violou a autoridade do pronunciamento vinculante.

Sem razão, contudo.



## RCL 68986 / SC

No pronunciamento alegadamente desrespeitado, este Tribunal limitou-se a, por maioria, declarar ausentes os pressupostos para concessão de medida cautelar em ação de jurisdição constitucional concentrada. Nas palavras do ministro Alexandre de Moraes, que proferiu o voto condutor, “suspender todos os processo judiciais sobre a matéria limitará qualquer discussão existente quanto à submissão das empresas brasileiras controladas por estrangeiros ao regramento do § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971, enquanto pendente pronunciamento deste SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”. E concluiu: “não há a demonstração de que exista uma correlação entre a suspensão dos processo judiciais pendentes e atendimento positivo a um cenário de insegurança jurídica”.

Naquela oportunidade, entendeu a maioria que a concessão da medida cautelar, de molde a suspender todas as ações judiciais em que se controverta a respeito da adequação constitucional do § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971, seria medida desproporcional para resguardar a segurança jurídica.

Jamais se pretendeu, contudo, retirar dos juízes e tribunais nacionais o exercício do poder geral de cautela para, com base em elementos concretos, determinar a suspensão de negócios jurídicos que envolvam a aplicação do § 1º do art. 1º da Lei 5.709/1971. Transcrevo, a propósito, a ementa do acórdão reclamado:

TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE. AÇÃO POPULAR. AGRAVO INTERNO. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA AÇÃO POPULAR. LITISPENDÊNCIA/CONEXÃO. PRESCRIÇÃO. PREJUDICADA A ANÁLISE SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. POSSIBILIDADE. AÇÃO

**RCL 68986 / SC**

POPULAR COMO MEIO DE DEFESA E PRESERVAÇÃO DA SOBERANIA NACIONAL. POSSIBILIDADE. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO DE EMPRESA NACIONAL PROPRIETÁRIA DE TERRAS RURAIS PARA EMPRESA ESTRANGEIRA. NECESSIDADE DE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO INCRA E DO CONGRESSO NACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE TERRAS RURAIS POR ESTRANGEIRO. SUSPENSÃO DA TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.

A questão constitucional, lembre-se, ainda pende de solução por este Tribunal. Assim, circunstâncias particulares, sopesadas segundo o prudente arbítrio dos órgãos jurisdicionais, podem recomendar a suspensão de atos negociais, sem que isso represente transgressão ao comando emergente desta Corte.

4. Ante o exposto, acolhendo o parecer da Procuradoria-Geral da República, deixo de homologar o pedido de desistência e indefiro o pedido de liminar.

5. Designo audiência de conciliação para o dia 18 de novembro de 2024, segunda-feira, às 17h, devendo as partes se fazerem representadas por prepostos ou procuradores com poderes para transigir.

6. À Secretaria Judiciária, para as providências cabíveis.

7. Intimem-se.

Brasília, 13 de outubro de 2024.

Ministro NUNES MARQUES

Relator

*Documento assinado digitalmente*